



RESPOSTAS A PESQUISA LAI - Nº 11463/21-3

Sobre Unidades especializadas no combate aos crimes cibernéticos

1. Qual a história de criação da unidade? **A Delegacia foi criada no ano de 2013 por meio da Portaria nº 01/2013 do Delegado Geral de Polícia Civil, com atribuição para apuração dos fatos enquadrados como condutas típicas, antijurídicas e culpáveis contra sistemas de informática ou praticadas com a utilização destes, desde que com autoria desconhecida e ocorrido nos limites da circunscrição da Coordenadoria de Polícia Civil da Capital, contudo, em razão da grade demanda e da reduzida quantidade de servidores lotados nessa unidade especializada, em 19/08/2016 foi publicada a portaria 011/2016, que regulamenta as atribuições de forma mais restritiva, nos seguintes termos: São atribuições investigativas da Delegacia Especial a Crimes Cibernéticos – DRCC:I- A apuração dos fatos enquadrados como condutas típicas antijurídicas e culpáveis contra o sistema de informática, ou seja, os chamados crimes cibernéticos próprios, desde que com autoria desconhecida e ocorrido nos limites da circunscrição da COPCAL.II- A apuração dos fatos tipificados como Invasão de Dispositivo Informático (Art. 154-A do CP), quando praticada através da internet ou com a utilização de sistemas de informática, desde que com autoria desconhecida e ocorrido nos limites da circunscrição da COPCAL.III- A apuração dos fatos tipificados como Estelionato (Art. 171 do CP) e Furto Mediante Fraude (Art. 155, §4º, inciso II, do CP), quando praticada através da internet ou com a utilização de sistemas de informática, desde que com autoria desconhecida e consumados nos limites da circunscrição da COPCAL e somente quando o valor do proveito ilícito for igual ou superior a 10 (dez) salários-mínimos, à época do fato.§1º. Os demais crimes, mesmo quando praticada através da internet ou com a utilização de sistemas de informática, deverão ser apurados na unidade policial da circunscrição do local do fato, ou, quando incerto, do domicílio da vítima.**
2. Qual a formação e composição dos seus quadros funcionais? Existem apenas profissionais da segurança pública ou são contratados consultores?**O quadro funcional é composto por servidores públicos, ocupantes dos cargos de Agente, Escrivão e Delegado de Polícia Judiciária. Não são contratados consultores externos.**
3. Qual a infraestrutura, tecnologias e equipamentos disponíveis? **Esta unidade policial integra a estrutura do Departamento de Crimes Contra o Patrimônio em prédio alugado, não possui equipamento ou tecnologias específicos para uso da delegacia.**
4. Quais os treinamentos (em tecnologia) necessários e/ou disponíveis para que sejam parte da unidade? **Os treinamentos são oferecidos pela Acadepol ou via EAD e presenciais do Ministério da Justiça e Segurança Pública.**
5. A unidade tem algum tipo de sistema “principal” para combate ao crime? **Não.**
6. Existem ferramentas que tenham sido desenvolvidas internamente? Quem faz o apoio e suporte de TI? **Não são utilizadas ferramentas que tenham sido desenvolvidas internamente.A Diretoria de Tecnologia da Informação da SSP é responsável pelo suporte logístico, pois a Polícia Civil de Sergipe não possui esse setor.**
7. Existe um perfil profissional específico ou desejado para se trabalhar numa unidade desse tipo? **Não.**
8. Qual o número de registros de ocorrência por mês? Quantas são lavradas na própria unidade? Quantas são online? É possível ter uma ocorrência oriunda de outras unidades da estrutura de segurança pública?

Os estudos estatísticos são realizados pelo CEACRIM. Sim, é possível ter uma ocorrência oriunda de outras unidades da Polícia Civil.

9. Existe uma estatística sobre o tempo médio de uma investigação considerando a abertura de uma ocorrência e sua conclusão? **Não.**

10. Existem trabalhos ou mapas de análise estatística do tipo “Mancha Criminal”? Talvez algum tipo de abordagem por tipo de crime e frequência de determinados tipos de ocorrência p.ex.? **Não.**

11. Dentre os vários crimes elucidados certamente existem aqueles de maior destaque e que viraram casos de estudo e análise. Poderiam ser citados e resumidas algumas dessas ações? **Não são realizados estudos e análises fora do âmbito investigativo.**

12. A unidade faz ações educacionais ou patrocina ações de prevenção ou monitoração de crimes digitais ou cibercrimes? **Sim, através da ASCOM.**

13. A unidade faz consultoria para outros órgãos de governo ou da iniciativa privada na parte de segurança da informação ou na parte de tecnologia de prevenção a crimes digitais? **Não.**

Sobre Crimes Digitais

1. Existem dados (Bancos de dados ou microdados) que possam ser analisados para fins estatísticos? Como posso solicitar o acesso? **Não, o acesso ao nosso sistema de procedimentos investigativos só é permitido a policiais civis.**

2. Quais são os Modus Operandi mais comuns? Uso da internet quais os crimes mais denunciados? **Não existem estudos estatísticos que indiquem os modos operandi mais comuns. Quanto aos crimes mais denunciados, tais dados devem ser fornecidos pelo CEACRIM.**

3. Qual o típico perfil do criminoso? **Não temos dados consolidados.**

4. Existem indicativos de organizações criminosas “tradicionais” migrando para atuar nesse tipo de crime? **Não temos dados consolidados.**

5. Existe um levantamento sobre o perfil das vítimas? **Não**

6. Existe uma tabela com a tipificação dos crimes? **Não temos dados consolidados.**

7. A tipificação (tipificação criminal de delitos informáticos – Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012) é suficiente para os casos ou é necessário fazer também um trabalho de analogia com os outros tipos de crime previstos no código penal para a devida instrução processual e apresentação de denúncia? **A polícia civil atua na apuração da infração penal conforme tipificação da legislação vigente (tipo penal) não cabe ao delegado de polícia fazer analogia e nem cabe a apresentação de denúncia, que algo a cargo do Promotor de Justiça.**

8. Como se combatem as quadrilhas virtuais e como fica a tipificação criminal frente aos diferentes tipos de ações e responsabilidades? Existem casos que possam ser analisados (Por exemplo: Quem faz o vírus, quem faz o site ou hospeda o site para golpes, quem compartilha, quem usa a máquina infectada, quem recebe e repassa o ganho ilícito)? **O combate às quadrilhas virtuais é feito através da aplicação da lei penal vigente no país. Sim, todos os casos são passíveis de análise.**

9. Como é tratada a divulgação de crimes realizados para recrutamento por facções ou por demonstração de força? **Não há tratamento diferenciado para esse tipo de ocorrência policial.**

10. Qual é o protocolo de combate a divulgação, venda e entrega de armas, drogas e entorpecentes? Existem casos que possam ser analisados? **Não existe protocolo específico.**

Sobre os aspectos legais nos crimes via web

1. Como é resolvida ou tratada a questão da jurisdição em investigações de crimes que são ou podem ser executados em vários locais pelo mundo (RJ/Br/Mundo)? **Segundo a lei legislação brasileira, a competência é da comarca onde, no território nacional, ocorreu o ultimo ato de excussão.**
2. Existem acordos de cooperação policial no Brasil para esse tipo de crime? Qual o protocolo adotado para se acionar outras forças da área de segurança? **Não existem acordos formais nesse sentido, o acionamento de forças policiais de outros estados da federação é feito através de Carta Precatória.**
3. Caso o Brasil venha a aderir, qual a expectativa sobre a aplicação da “Convenção de Budapeste” no referente ao combate ao cibercrime e ao crime digital? **Apesar de não ser signatário da referida convenção, em termos gerais, a legislação brasileira é coerente com os princípios jurídicos vigentes do âmbito internacional, de forma que uma futura adesão não gera expectativa de mudanças significativas no combate ao crime digital.**
4. A lei 13.964/2019 (Lei Anticrime), que possibilitou a infiltração virtual de agentes policiais para obter dados de conexão e cadastrais de membros de organizações envolvidas com crimes cibernéticos já foi usada em algum caso? Podem ser resumidas para ilustração? **Não houve aplicação desse dispositivo legal no âmbito da Delegacia Especial de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Civil de Sergipe.**
5. Imaginando que a unidade tem participação na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (batizada de "E-Ciber" por meio do decreto 10.222), já existem ações efetivas que possam ser destacadas? **Nenhuma demanda foi encaminhada pelo Governo Federal para a Delegacia Especial de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Civil de Sergipe com fundamento no Decreto nº 10.222/2020.**
6. Entre os casos de sucesso, existem histórias de ações conjuntas com outras unidades policiais do BRASIL ou do mundo em ações de combate ao cibercrime e crime digital? **Sim, existem casos de sucesso que envolveram atuação conjunta com unidades policiais de outros Estados da Federação, contudo não há base de dados sistematizada sobre situações dessa natureza, o que inviabilizar a compilação de casos para estudo.**
7. Tendo as empresas privadas de tecnologia como a Google e Microsoft entre outras, além de ONGs (SaferNet p.ex.) exercido um papel expressivo no combate e sobretudo na denúncia de crimes pela internet, como é a cooperação com a iniciativa privada? Existem protocolos definidos? **Algumas empresas de tecnologia adotam protocolos específico na forma de comunicação com os órgãos de repressão penal, o que tem possibilitado a obtenção de dados de forma mais eficiente, o que contribui para o sucesso da investigação.**
8. Existem eventos do tipo “Lei 9099” (Baixo Potencial Ofensivo) que podem ser ou foram resolvidos por Termos Circunstanciados com o escopo dos crimes digitais? **Sim, quando a autoria de crimes de menor potencial ofensivo é identificada sem a necessidade de afastamento de sigilo deferido judicialmente, é lavrado Termo Circunstanciado e remetido à Justiça, de acordo com o trâmite estabelecido na Lei 9.099/95.**